

TERRITÓRIO E FRONTEIRA NA REGIÃO PLATINA

Júlia Silveira Matos
Doutora em História Ibero-americana- PUC-RS

Francisca Carla Santos Ferrer
Doutora em História Social- USP

Resumo:

Fca. Carla Santos Ferrer

Os conflitos na região platina durante o séc XIX ocorreram devido a luta pelo ajuste dos territórios e das fronteiras dos jovens Estados independentes, quando firmaram seus limites, buscaram garantir sua soberania nacional. O Objetivo deste trabalho é discutir as relações de fronteiras e do território sócio-cultural do Brasil e dos Estados platinos, abordaremos os antecedentes e as tensas relações diplomáticas do maior conflito bélico da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança.

Palavras-chave:

Território – Fronteira – Guerra do Paraguai – Estado

Abstract:

The conflicts in the region Platina during séc XIX had occurred because of the fight for the adjustment of the territories and of the borders of the young independent States, when they had firmed its limits, they had searched to guarantee its national sovereignty. The objective this work is talk over the relations of borders and the sócio-cultural territory of Brazil and platino's States, we will accost the antecedents and the tense diplomatical relations of the biggest conflict of the South America, the Paraguay's war.

Key-words:

Territory - Frontier - War of Paraguay - State

Résumé:

Les conflits dans la région Platina pendant le séc XIX ont eu le dû produit le combat pour l'ajustement des territoires et des frontières des jeunes états indépendants, quand ils entreprise ses limites, ils avaient recherché pour garantir sa souveraineté nationale. L'objectif que le travail est entretien au-dessus des relations des frontières et du territoire sócio-culturel des états du`s du Brésil et du Prata, nous aborderons les antécédents et les relations diplomatical du plus grand conflit de l'Amérique du Sud, la Guerre de Paraguay.

Mots-clés:

Territoire - Frontière - Guerre du Paraguay - Été

“Tradicionalmente, definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram seus limites e o que caberia e o que não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores desta cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus costumes etc”.

Ruben George Oliven

A América latina no decurso do século XIX deu início ao seu processo de independência do Velho Mundo atendendo a interesses sócio-políticos e econômicos decorrentes da ascensão da burguesia industrial na Europa e do surgimento das idéias liberais no século XVIII. Dessa forma, os Estados sul-americanos iniciavam suas jornadas para a construção de suas nações, definição de suas fronteiras e culturas.

Os conflitos na região platina durante o século XIX ocorreram devido à luta pelo ajustamento territorial e fronteiro dos jovens Estados independentes, que ao firmar suas linhas limítrofes, buscavam garantir sua supremacia nacional. Esse processo gerou tensão entre os novos Países independentes, culminando em conflitos bélicos, como as Campanhas militares de 1827 e 1851 contra a Argentina; As Campanhas militares na Banda Oriental entre 1821 e 1864 e a Guerra do Paraguai 1864- 1870.

Nesse sentido, segundo Sousa Jr (1974:300), a Guerra do Paraguai foi resultado de um processo político iniciado com o aparecimento e estruturação das nações ibero-americanas, e “entretidos nos bastidores da diplomacia”.

Sendo assim, com o intuito de apresentar uma discussão sobre as relações fronteiriças e o território sócio-cultural do Brasil e dos Estados platinos,

abordaremos os antecedentes e as tensas relações diplomáticas do maior conflito bélico da América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança.

Ao longo do século XIX, as relações entre o Brasil e os Estados Platinos foram marcadas por profundos momentos de tensão, principalmente com o Estado Oriental do Uruguai, que segundo Aliatar Loreto (1953:139), se tornou o mais delicado e perigoso problema de nossa política externa, naquele período. Portanto, a política internacional do Brasil, naquela época vigente, primava em manter a independência do Uruguai, bem como, manter sua fronteira sossegada e segura.

Podemos apontar como um dos focos de desavenças entre a elite gaúcha e o governo central, a fronteira, pois conforme, DOLHNIKOFF (213, 2005)

“A situação fronteiriça, as semelhanças econômicas com os países vizinhos, a disputa pelo mercado brasileiro tornavam crucial para os rio-grandenses a política do Império no Prata. Com seus interesses atrelados aos países vizinhos, demandavam do governo central uma política em relação à região adequada a esses interesses.”

Segundo André Lamas (1852:02), agente diplomático uruguaio, todos os estadistas brasileiros tinham interesse na pacificação do Estado Oriental. Entretanto, esta suposta pacificação almejada pelo Império não se concretizou, devido as instabilidades enraizadas na “fronteira viva”,¹ entre o Brasil e o Uruguai, cujas relações intrínsecas de cunho econômico e político envolviam a elite agrária do sul do Brasil,² que buscava apoio na política do Império em relação aos Países vizinhos.

¹ Segundo a tese de Backheuser, Fronteira Viva, em essência, é uma região, através da qual, mais dia menos dia, surgem, ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar.

² As relações na fronteira viva da Província sul- rio- grandense, sempre estiveram presentes, desde sua formação. Discorre do período da doação das Sesmarias, fato em que passaram a ser formadas grandes estâncias, nas quais estas lutavam para manter sua principal fonte econômica, o gado. Em certos momentos, estes, pastavam do lado do Rio Grande e em outros momentos, do lado dos campos “gordos” da Cisplatina. Desta forma, a luta pelo gado e pelas pastagens ocorre desde a formação desta Província sul- rio- grandense.

Sendo assim, as relações fronteiriças entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai tinham suas peculiaridades, devido a grande aproximação desses povos. Tal aproximação facilitava as relações políticas e econômicas dos grandes estancieiros sul-rio-grandenses que, do outro lado da fronteira, possuíam grandes propriedades, onde *“mantinham campos de criação de engorda de gado. Desde o Chuy ao Cuareím, com cerca de 428 estâncias, que abrangiam a superfície de 1.728 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai”* (Bandeira,1995:114).

Na Segunda metade do século XIX, a população brasileira neste Estado Oriental representava, segundo a citação referida de Moniz Bandeira, cerca de 40 mil rio-grandenses, ou seja, o equivalente a 20% do total da população do Estado Oriental. Desta forma, podemos compreender as relações intrínsecas existente entre os grandes proprietários de terras brasileiros e os uruguaios, em relação aos aspectos políticos e econômicos, que envolviam o Estado Oriental.

Podemos inferir, assim, que realmente existia uma “fronteira viva”, entre estes dois países, coexistindo uma troca de relações e experiências sociais, políticas, econômicas e militares. Devido esta inter-relação proporcionada pelo convívio intenso na fronteira sul do País, entre rio-grandenses e uruguaios, grande parte dos distúrbios políticos no Estado Oriental envolviam diretamente a elite sul-rio-grandense, possuidora de fortunas neste Estado supramencionado.

Após analisarmos esta ligação fronteiriça, podemos compreender a participação dos rio-grandenses nos conflitos armados existentes no Uruguai entre os Partidos *Blanco e Colorado*³, pois estes brasileiros necessitavam garantir a segurança de suas propriedades e interesses particulares, localizados naquele país.

³ Segundo Alberto Zun Felde, O Partido Blanco era arraigado no meio rural e fiel à tradição hispânica, o qual encarava a defesa dos interesses americanos e orientais. O Partido Colorado localizava-se, principalmente, na Revista Outras Palavras, v 13, n^o2, ano 2017. p 45

A posição do governo central brasileiro em relação a este envolvimento dos rio-grandenses na política uruguaia era negativa, pois o Império não apoiava a atitude militar de seus compatriotas em movimentos armados nos países do Prata. Dentro desta perspectiva, a política imperial pretendia manter a paz na região platina e não se envolver em problemas diplomáticos e militares contra países daquela região. Essas resoluções diplomáticas do Império, causava tensão entre o governo central e a elite rio-grandense, pois esses gaúchos não aprovavam as decisões políticas do governo central frente aos problemas econômicos e sociais ocasionados pelos países vizinhos.

Em 1863, ao iniciar a revolução chefiada por Venâncio Flores, adepto ao Partido Colorado uruguaio, o governo brasileiro procurou manter sua política de neutralidade. O governo imperial recomendou às autoridades do Rio Grande do Sul as devidas condutas, que deveriam ser acatadas pelos rio-grandenses, a fim de evitar comprometimentos da política imperial perante o Estado Oriental do Uruguai.

Conforme o Relatório da Secretária de Estrangeiros de 1863, podemos entender estas supramencionadas condutas imperiais:

Nenhuma proteção e auxílio devia prestar-se á causa da rebelião. As forças rebeldes que se asilassem na Província, deviam ser colocadas em uma posição inteiramente inofensiva. As autoridades que deslizassem de seus deveres, não guardando ou não fazendo respeitar a mais perfeita e absoluta neutralidade por parte do Império, deviam ser severamente punidas. (Relatório, 12 de novembro de 1863).

Como podemos observar, era obrigação do Presidente da Província do Rio Grande do Sul procurar persuadir seus concidadãos a ignorar complemente à luta

cidade de Montevideo e oferecia a imagem mais urbanizada. Desta forma, este Partido aceitava as correntes liberais européias e se identificava com os imigrantes.

do outro lado da fronteira, para, segundo o Império, *“pouparem a si e ao seu país perigos e dificuldades muito graves”*(Souza, 1919:35).

Esse mandato imperial ao Presidente de Província do Rio Grande do Sul era considerado insensato pelos sulistas, não havendo nenhuma condição de ser cumprido pelos grandes estancieiros. Enfim todo o cavalheirismo e melindre do Brasil em relação ao Estado Oriental não foi correspondido, pois os brasileiros residentes no Uruguai, assim como, suas estâncias foram extremamente desrespeitadas pelo governo Blanco, no Uruguai.

O partido Blanco passou a não cumprir os contratos internacionais, negando-se a renovar com o Brasil o tratado de Comércio e Navegação, passando assim, a instituir o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Desta forma, a política uruguaia entrou em confronto direto com os interesses dos estancieiros, os quais utilizavam escravos como peões, em suas propriedades, em ambos os lados da fronteira. Estes peões, segundo Moniz Bandeira (1995:166-167), eram os responsáveis pelo “transporte” das reses criadas no Uruguai para as charqueadas no Brasil, que consumiam cerca de 75% destas reses vindas do Estado Oriental.

Ao governo Imperial chegavam, também, diversas reclamações em relação às violências e arbitrariedades sofridas por brasileiros, residentes no Uruguai ou em linhas de fronteira com este Estado. Estas barbáries eram praticadas por particulares, autoridades civis e militares uruguaiois, resultantes da agitação política e social. Devido a estas instabilidades ocorreram diversas atrocidades como: assassinatos, roubos de gado vaccum e cavalos nas propriedades particulares dos rio-grandenses e ainda, o recrutamento forçado de peões brasileiros para o serviço militar uruguaio.

Esses acontecimentos estavam agitando a sociedade brasileira e fomentando as discussões parlamentares. Sendo assim, o Sr. Luís Alves Leite de Oliveira Bello e Felipe B. de Oliveira Nery indignados com a situação sofrida pelos brasileiros nessa fronteira expunham seus pensamentos em relação aos crimes que ocorriam contra seus compatriotas e suas respectivas impunidades, as quais eram corriqueiras. O Sr. Nery em um de seus discursos, exige justiça: *“Abusos dessa ordem, meus Srs., a intervenção indébita desses agentes, a perturbação que eles têm levado ao seio de muitas famílias, a incerteza que fazem pairar sobre grande número de interesses brasileiros, necessitam de uma repressão enérgica”* (Bello & Nery, 1859:11).

Foram realizados diversos pedidos em relação a condutas enérgicas contra o Uruguai, pois a situação se agravava e tornava-se mais tensa, naquela região. A opinião pública rio-grandense estava excitada e desejosa por uma ação do governo, que não se manifestava e levava a situação da fronteira com o Estado uruguaio em *“Banho- Maria”*.

A presença do farroupilha General Antônio de Souza Neto, na Corte, mudou esta situação aos olhos do Império. O General Neto foi ao Rio de Janeiro, com o intuito de falar em nome de quarenta mil brasileiros, que estavam sendo perseguidos pelos uruguaiois e pedir justiça às impunidades, as quais estavam afetando a vida de seus compatriotas, que viviam no Estado Oriental. Contudo, segundo Francisco Doratioto (2002:51), a presença de um General farroupilha, no Rio de Janeiro, causou grande impacto, pois o governo central passou a temer que os estancieiros rio-grandenses afeiçoados aos *Colorados*, sentindo-se desamparados pelo Império, pudessem tomar a iniciativa de resolver a situação através da força, sem o consentimento do governo Central e, deste modo, reavivar

os sentimentos separatistas, que eram lembranças, ainda, muito presentes no cotidiano dos rio-grandenses. Segundo Fernando Luiz Osório (1876:16), *“A fronteira do Rio Grande, não é só fronteira da província, é fronteira do Império. A tranqüilidade e a ordem na província, importam a ordem, a tranqüilidade da Nação”*.

Tendo em vista, a delicada situação na fronteira rio-grandense, o Governo imperial resolveu enviar à República do Uruguai, uma missão especial, em 6 de maio de 1864, comandada pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, que tinha por objetivo resolver diplomaticamente todas as irregularidades pertinentes, que ofendiam e prejudicavam os brasileiros, pois segundo as instruções de Saraiva (1896:59), era: *“ sem embargo da urgência das circunstâncias e ainda do estado de excitação do espírito público brasileiro, o governo imperial preferia tentar um último apelo aos meios amigáveis, na confiança de que surtiria efeito em ambos os países”*. Para tanto, expediu o seguinte conjunto de exigências a serem cumpridas pelo Governo de Atanásio Aquirre, do Partido Blanco:

1º O devido castigo, senão a todos, ao menos daqueles dos criminosos reconhecidos que passeiam impunes, ocupando alguns deles postos no exército oriental, ou excedendo cargos civis do estado.

2º A imediata destituídos e responsabilizados os agentes de polícia, que tem abusado da autoridade, de que se acham revestidos.

3º A indenização contentemente a propriedade, que sob qualquer pretexto tenha sido extorquida aos brasileiros, pelas autoridades militares ou civis da república.

4º Que fossem postos em plena liberdade todos os brasileiros, que houveram sido constrangidos ao serviço das armas da República (Souza, 1919:30).

Entretanto, após a apresentação das exigências do Império ao Uruguai e seu não comprometimento imediato, Saraiva apresentou no dia 6 de agosto de 1864, o

Ultimatum, estipulando o prazo de seis dias, para o cumprimento de todas as referidas exigências brasileiras. O Conselheiro esclareceu que o não cumprimento das exigências pré- estabelecidas acarretariam na imposição da força militar em território oriental, para se fazer cumprir todas as determinações exigidas pelo Imperador.

Neste mesmo período, Aguirre procurando aliados contra o Império, busca aliança com o Paraguai, que o apóia politicamente e militarmente, o qual envia ao Brasil um *Ultimatum*, em 30 de agosto de 1864, contra a ocupação do território Uruguaio, pelas forças militares brasileiras. O Brasil, de acordo com Doratioto (2002:60), desprezou e subestimou a ofensiva diplomática e militar do Paraguai, pois no Brasil, os soldados paraguaios eram vistos com desprezo, por serem considerados um “povo bárbaro”.

Com o auxílio de tropas terrestres de Flores (do Partido Colorado, da República uruguaia), o Brasil interviu militarmente, tendo como principal objetivo: ataques bélicos às cidades de Salto, Paisandú e Cêrro Largo.

A tomada de Paisandú foi praticamente o fim desta intervenção militar contra o Uruguai. O Estado Oriental, conforme Miguel Ángel Cuarterolo (2000:16), perdeu a guerra e teve a cidade de Paisandú arrasada pelo bombardeio marítimo, realizado por Tamandaré e sob a infantaria brasileira e de Venâncio Flores.

Após o ataque ao Uruguai, López presidente do Paraguai, viu em suas mãos a possibilidade em declarar guerra ao Brasil. Desta forma, em 11 de novembro de 1864, o Governo de Assunção capturou o Navio Mercante *Marquês de Olinda*,⁴ que levava o novo Presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos e alguns oficiais.

⁴ Segundo Virgílio Corrêa Filho este navio brasileiro pertencia à Companhia de navegação por Vapor do Alto Paraguai, esta companhia era subsidiada pelo Império para manter linha regular ligando Montevidéo a Cuiabá.

Este aprisionamento foi considerado pelos brasileiros como um ato traiçoeiro de “pirataria”. Isto posto, o Império pediu explicações ao Paraguai pelo seu ato traiçoeiro. Em resposta, o governo paraguaio enviou nota dizendo, que estava proibido a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai, conforme nos afirma Doratioto (2002:67). Solano López, considerando que já estava em Estado de Guerra contra o Império brasileiro, decidiu invadir no dia 15 de novembro de 1864, a Província do Mato Grosso e posteriormente, invadiria a Província do Rio Grande do Sul. Então com esta invasão bélica ao Mato Grosso, o Brasil, realmente, entrou em Guerra contra o Paraguai.

Podemos constatar que ao investigarmos as questões explicitadas neste sucinto artigo, podemos compreender a importância das relações existentes na fronteira viva do Brasil com o Uruguai, o qual ocasionou o “desabrochar” da Guerra do Paraguai. Portanto, fica claro que neste trabalho buscamos apresentar a importância das questões fronteiriças na região platina, que foram responsáveis pelos antecedentes da Grande Guerra, travada na América Latina, no século XIX, e não aprofundar as problemáticas desta referida Guerra.

BIBLIOGRAFIA:

Anais da Assembléia Legislativa da província do Rio Grande do Sul. Décima Sexta Legislatura, 2º Sessão, 1876, p.16. OSÓRIO, Fernando Luís. Sessão de 24. 03.1876. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, código AL4.004

Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sessão de 09. 11. 1859. Luís Alves Leite de Oliveira Bello e Felipe B. de Oliveira Nery. Relatório da Secretaria de Estrangeiros. 12 de novembro de 1863.

CUARTEROLO, Miguel Ángel. 2000. Soldados de la Memoria, imágenes y Hombres de la Guerra del Paraguay. Buenos Aires: Planeta.

DOCCA, Souza. 1919. Causas da Guerra com o Paraguay. Porto Alegre: Livraria Americana.

DORATIOTO, Francisco. 2002. Maldita Guerra, Nova História da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras.

Jornal do Comércio, LAMAS, André. Artigo. 22 de setembro de 1852.

L. Moniz Bandeira. 1995. O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata- Argentina, Uruguai e Paraguai: da colonização a Guerra da Tríplice Aliança. São Paulo: Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.

LORETO, Aliatar. 1953. Capítulos de História Militar do Brasil, os antecedentes da Guerra contra o Paraguai. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1896, v. 59, Tomo I. Aviso contendo as instruções da Missão Especial Confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva.

SOUZA Jr, Antônio de. 1974 Guerra do Paraguai. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque. História da Civilização Brasileira. 2. ed. 4 vol. São Paulo, Difel.

OLIVEN, Ruben George. 2006. Territórios, fronteiras, e identidades. In: Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Fernando Schüler e Marília de Araújo Barcellos (org). Porto Alegre, Sulina.

ZUN FELDE, Alberto. 1967. Processo Histórico del Uruguay. Montevideo: Biblioteca de Autores Uruguayous.